



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA E SEU PAPEL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

Patricia Lessa Santos Costa

Universidade do Estado da Bahia

plessacosta@gmail.com

RESUMO

: O objeto deste trabalho é o estudo realizado sobre as universidades estaduais da Bahia, Brasil (UNEB, UEFS, UESC e UESB). O pressuposto mais geral orientador é de que o desenvolvimento de uma sociedade depende de que os indivíduos se orientem coletivamente em torno de princípios e valores, expressos a partir da formação das identidades coletivas, com vistas a alcançar direitos e condições de reprodução de vida, favorecendo, assim, o desenvolvimento de uma vida sociopolítica democrática. Nesse sentido, o processo do ensino superior trouxe inúmeros ganhos para as comunidades e estes são expressos pela fala dos atores que participaram. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que englobou o levantamento e a análise de conteúdo de informações oriundas de entrevistas com os atores que protagonizaram tal empreendimento, bem como de documentos. O estudo revela a visão que esses indivíduos têm desse processo e como avaliam a universidade que ajudaram a edificar, produto do seu protagonismo.

PALAVRAS-CHAVE: universidade, conhecimento; sociedade civil; desenvolvimento; capital social.

Introdução

O presente estudo aborda o entendimento dos atores da pesquisa sobre o papel das universidades estaduais da Bahia, nas diversas regiões, para o desenvolvimento cultural, econômico e social. Reafirmando a característica qualitativa da pesquisa, não se trata de fazer uma avaliação dos impactos da ação da universidade, o que extrapolaria os objetivos deste artigo, mas de dar sentido à interpretação dos sujeitos que mais de perto vivenciaram a realidade de constituição da rede de ensino superior estadual na Bahia e que forneceram importantes relatos sobre o tema.

Buscou-se, assim, refletir sobre os entendimentos desses atores acerca da configuração atual das universidades estaduais baianas, destacando-se: (i) as repercussões ou mudanças observadas pelos entrevistados nas comunidades onde elas se implantaram e a avaliação que eles fazem da efetividade do seu papel; e (ii) a visão que eles consolidaram de universidade em sentido genérico.

A importância das universidades públicas estaduais instaladas nas diversas cidades e regiões que compõem o território baiano pôde ser averiguada a partir dessa leitura (subjetiva) que os entrevistados fizeram sobre a sua influência para o dinamismo das cidades, configurando centros regionais de educação superior nas cidades de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga com a UESB; Feira de Santana e região com a UEFS; Itabuna e Ilhéus com a UESC; bem como nas cidades atendidas por *campus* da UNEB.

Para Santos e Silveira (2000), há um imperativo territorial na produção da educação superior, sendo a relação entre território e educação biunívoca, porque:

A educação, atividade econômica e social de peso, tem, por isso, papel fundamental na caracterização do espaço nacional; este, por sua vez, em função das suas características regionais e locais, influi sobre a natureza da atividade educacional [...]. Lugares e sistemas de lugares, pelas suas características econômicas, demográficas e sociais, constituem fatores relevantes da explicação das diferenciações geográficas da atividade educacional. A presença mais densa de estabelecimentos de ensino, assim como de professores e alunos, no litoral e suas proximidades, nas zonas de agricultura rica e nas regiões metropolitanas e de urbanização mais avançada têm esse fundamento. Podem-se, destarte, relacionar especializações produtivas e especializações educacionais, do mesmo modo que as grandes cidades são os lugares da variedade e da complexidade, tanto no ensino quanto em atividades correlatas, como a pesquisa científica. (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.57)

O que leva a considerar, como pressuposto deste estudo, que a educação superior, um bem e um direito social, pode desempenhar um papel importante tanto na formação e qualificação profissional – aspecto mais evidente para as comunidades e relacionado à conquista de diplomas para o mercado de trabalho –, quanto no desenvolvimento do conhecimento e da ciência, do capital social, de uma vida cultural mais ativa, influenciando a cultura política local. Aqui se buscou perceber até que ponto as universidades estaduais têm dado conta desses múltiplos papéis e quais os limites de sua ação.

1.1 Uma avaliação do papel das universidades estaduais baianas a partir dos atores partícipes do processo de criação e expansão.

Algumas inferências foram feitas pelos entrevistados acerca do que, para eles, significariam as mudanças ocorridas nas cidades e regiões onde se estabeleceram universidades até os dias atuais. Sobre esse tema, as respostas dos entrevistados foram agregadas em oito unidades temáticas, expostas na Fig. 1.

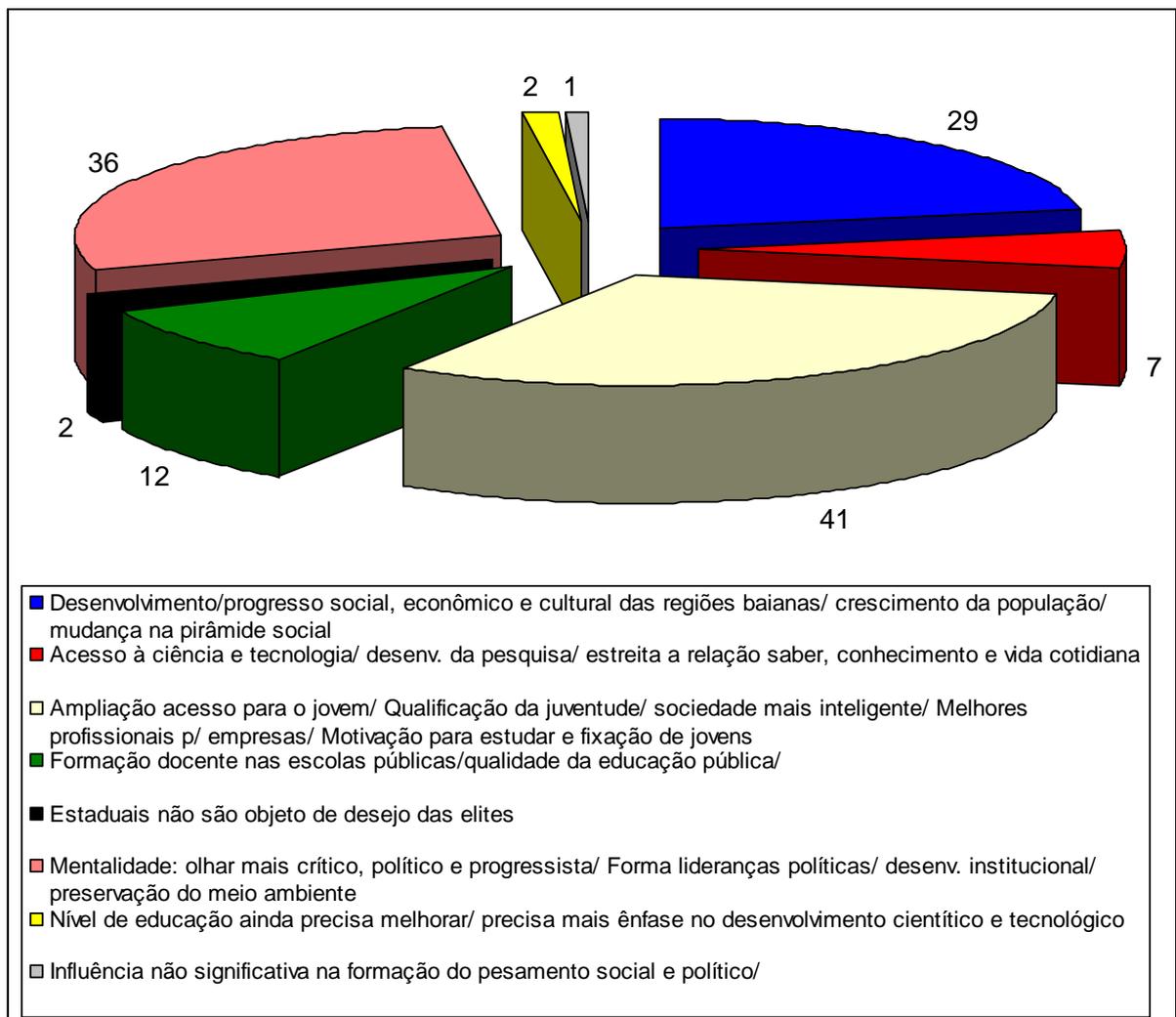


Figura 1 - Principais mudanças nas regiões e municípios onde foram implantadas universidades

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Entre as principais mudanças indicadas pelos entrevistados como reflexo do papel da universidade no interior da Bahia, está a categoria que engloba *formação, qualificação e fixação dos jovens na região, sociedade mais inteligente*, com 41 ocorrências nas entrevistas. Sobre isso os seguintes trechos são ilustrativos:

Se houver alguém que se disponha a fazer uma pesquisa do impacto na mobilidade social em alguns setores sociais vinculados à rede pública vai descobrir coisas muito interessantes. Eu tenho vários alunos que hoje são profissionais na vida da cidade em várias áreas e tal e, sobretudo, alunos de origem muito humilde e que são mestres e doutores; tem alunos que já fizeram curso no exterior, tem aluno na USP, tem alunos que são professores da USP, que se formaram em Vitoria da Conquista. (InUESB, n.º 27)

Corroborando esse entendimento, Buarque (1994) realiza um estudo sobre a importância da presença de universidades fora das capitais do estado, em cidades menores, para a fixação dos jovens e também de profissionais. Para o autor, sem elas, os jovens acabariam migrando para os grandes centros urbanos. Também para os jovens professores recém-formados, a universidade surge como possibilidades de inserção social.

Eu acho que, se não existisse a UESC, aquela região não sobreviveria. Foi fundamental para a região. Hoje têm mais de 3000, 4000 alunos. Onde estariam esses alunos sem a universidade? Seriam vendedores em lojas e não teriam oportunidade de estudar em Salvador. Tem grandes professores lá, esses laboratórios estão prestando serviços de modo geral na região, impactos sobre a comunidade de baixa renda. Há uma interação muito grande. São Longuinho, que é um vilarejo em frente, vive em função da universidade. Lá eu criei cursos de 1º e 2º grau para a turma do vilarejo. Eu não sei o que seria da região se nós não tivéssemos dado esse passo. (InUESC, n.º 8)

Esse último depoimento é confirmado por pesquisas que retratam o número de matriculados nas UEBAs. De acordo como o INEP, em 2005, na Bahia, existiam 82.026 alunos frequentando o ensino superior; desses, quase a metade – 40.843 - estava matriculada nas universidades estaduais, distribuídas em trinta e um municípios baianos. Ainda de acordo com o INEP, 20.293 alunos estavam matriculados na UNEB, a principal ofertante de vagas entre as estaduais. Já em 2008, a UNEB se destaca entre as 30 universidades brasileiras em número de matrículas, com 22.486 alunos. Apesar do papel das universidades estaduais na oferta de vagas de nível superior, o relatório conclui que o acesso ao ensino superior para os baianos ainda é extremamente baixo, se comparado com os índices nacionais. Em 2005, na população de 18 a 22 anos, 4,9% frequentam instituições de ensino superior na Bahia, quando a média do Distrito Federal, cidade com maior número de matrículas, é de 22,9% (BRASIL..., 2008).

Já em 2009, no total das universidades estaduais, de acordo com o relatório da CODES, “matricularam-se nos 322 cursos de graduação (219 em oferta contínua e 103 em Programas Especiais) 49.080 estudantes (39.595 em oferta contínua e 9.485 em Programas Especiais). Do total de matrículas, 30.911 se efetivaram nos 207 cursos de Licenciatura, e 18.169 nos 115 cursos de Bacharelado” (BAHIA..., 2010, p. 4).

Um segundo fator muito apontado foi a *mudança nas mentalidades e formação das lideranças políticas*, com 36 ocorrências, seguido de *desenvolvimento social, cultural e econômico da região*, com 29 ocorrências. Esses elementos ressaltam o papel da educação para a formação do sujeito e de sua capacidade de emitir julgamentos, pois favorece uma compreensão dos fenômenos menos simplificada (ou alienada) e mais crítica e política.

Muitos depoimentos retratam a mudança de mentalidade e politização aliadas às mudanças no fomento da ciência e cultura, como os destacados a seguir:

A faculdade consiste em um pólo cultural que conseguiu atingir a comunidade, talvez não 100%... O Museu do Semiárido na UEFS, a UNEB

com o Parque de Canudos. Havia um imobilismo muito grande no interior que senti que a faculdade conseguiu romper. (InUNEB, n.º 7)

A universidade desenvolve para a própria sociedade muitas alternativas culturais e isso influencia e muito no ponto de vista da política. A política passa por um processo muito forte de clientelismo, de manipulação, e a universidade permite esse debate, essa discussão, esse aprofundamento. Faz isso de forma pública, ampliada. (InUESB, n.º 17)

A cultura é um aspecto tão destacado no decorrer das entrevistas, quanto ao desenvolvimento econômico dos municípios sob o raio de ação das universidades estaduais. Nesse sentido, tão importantes quanto as entrevistas, no sentido de apreender essas nuances, foram as vivências da pesquisa de campo, que fornecem um rico material para análise, que diz respeito: a conversas mais informais com alunos, professores, técnicos, pessoas da comunidade; visitas aos museus e espaços diversos das universidades, voltados para a promoção do conhecimento; participação nos eventos promovidos – como exposições fotográficas, teatro a céu aberto, festivais etc. Conforme o relato que inicia este capítulo, os saberes das universidades invadem as comunidades. O sentido de “invasão” aqui é emblemático: influenciar ou mudar as estruturas sociais cristalizadas, despertar o interesse, a curiosidade, romper com o comodismo, o imobilismo (necessário para que um sistema excludente se mantenha), apresentar o novo, o saber que liga a realidade local a conhecimentos universais.

Ainda que, por si só, a universidade não assegure a promoção da justiça social, ela pode ser capaz de tornar as sociedades menos desiguais e mais integradas. A aquisição de conhecimentos hoje, como dantes, é a condição indispensável para que as pessoas possam ter inserção social, seja no seu aspecto mais utilitário e visível, relacionado às habilitações, seja a partir de uma visão mais ampla dos valores, com relação ao conhecimento como base da cidadania a ser exercida em sociedades cada dia mais plurais, complexas, onde são construídos espaços de equilíbrios instáveis que envolvem conflitos e necessidade de negociação por parte dos atores.

Sobre esse assunto, Figueiredo (2006), em tese de doutorado sobre a inter-relação entre educação e mobilidade social, assim destaca:

O efeito da educação para o desenvolvimento das nações é assunto, se não saturado em todas as infinitas nuances, praticamente incontroverso. Não há povo que tenha progredido, no sentido lato do termo, sem que tenha havido priorização da educação. Os efeitos desta não são simplesmente os diretos, como qualificação de mão de obra, mas vão muito além destes. Os chamados efeitos indiretos são tão ou mais importantes para o desenvolvimento do que o simples preparo da força de trabalho. A formação de massa crítica é, sem dúvida, o alicerce sobre o qual se sustenta toda e qualquer pretensão de desenvolvimento definitivo. A população escolarizada adquire maior capacidade crítica e, a partir daí, constrói instituições mais fortes, governos mais eficientes, leis mais justas e controles sociais mais eficazes e transparentes. Esse quadro cria o ambiente ideal para o surgimento de um ciclo virtuoso, retroalimentado, no qual perspectivas de aprimoramento do sistema como um todo são cada vez mais concretas. (FIGUEIREDO, 2006, p.18)

Para Anísio Teixeira (1953), a base, o fundamento e a condição da existência da democracia é a educação. E quais são as dificuldades de instituição da democracia? O burocratismo antidemocrático do estado, as estruturas arcaicas patrimonialistas e oligárquicas, a estrutura extremamente desigual da sociedade, o analfabetismo, a educação superior como privilégio de poucos. Uma estrutura que impede o reconhecimento de direitos, sua reivindicação e garantia, ou o surgimento de um ser autorreconhecido, conforme Honneth (2003).

Nesse sentido, é importante destacar o papel mais efetivo daqueles que têm uma trajetória de vida ligada à universidade. As conquistas das universidades estaduais baianas, a partir mesmo do seu nascimento, passando pela sua consolidação e reconstrução a todo o tempo (a ampliação da oferta de cursos, a criação do estatuto do magistério superior, o fomento da atividade de pesquisa, dentre outras) dependeram do papel fundamental dos seus docentes, técnicos, muitos deles cidadãos dos municípios de um interior sem faculdades, muitos deles professores das séries iniciais que se tornaram alunos e, posteriormente, professores das universidades, que chegaram mesmo a participar do quadro político das regiões e do estado. A universidade foi moldada pelos indivíduos, e a trajetória deles foi, em grande medida, influenciada pela universidade e pelo conhecimento. Expressões para definir essas reflexões são marcantes, como o depoimento que segue:

A universidade foi a revolução da minha vida em duas dimensões. A revolução que eu experimentei pessoalmente e profissionalmente. Profissionalmente, porque eu saí recém-formado, recebi um curso de especialização e fui ensinar em uma instituição de ensino superior ainda que muito iniciante, embrionária [...]. Eu era operário metalúrgico e, trabalhando, eu fiz dois cursos de graduação e me formei com 23 anos. Eu era muito disciplinado, vinha de uma formação cultural de esquerda. Na verdade, eu tinha outra universidade que não era formal, e foi da universidade da militância política dos anos 60, da leitura dos clássicos [...]. Ao lado dessa dimensão pessoal, nós implementamos na própria cidade outra relação, porque a nossa grande luta foi transformar a universidade não em um aparelho do ponto de vista de apropriação do patrimônio burocrático, mas a nossa luta foi transformar a UESB numa instância estadual, mas pública [...]. Então, foi nesse jogo conceitual que nós afirmamos a universidade do Sudoeste com o diálogo em aberto, porque nós sabíamos que as elites da Bahia, elas nunca pensaram no estado a não ser por um ponto de vista da apropriação privada do estado, e também, evidentemente, no interior essa pressão é muito maior em função dessas elites conservadoras que havia. (InUESB, n.º 27)

Tais entendimentos dão espaço a uma discussão diferenciada daquela apresentada por autores que analisam o processo de constituição das universidades estaduais tão somente sob a ótica da apropriação por parte dos políticos. Também diverge do entendimento dos sistemas educacionais como prioritariamente espaços de reprodução das estruturas sociais de dominação (BOURDIEU, 1975). O espaço da universidade pode permitir engendrar, conforme discutido neste trabalho, um processo reflexivo e dialético, voltado para mudanças a partir das interações e diálogos entre os sujeitos, da construção de suas identidades, do convívio e proximidade que pressupõem consensos e dissensos e que, extrapolando os muros da universidade, podem impactar a própria sociedade a partir da crítica às estruturas sociais, à cultura dominante. O

movimento do conhecimento permite as descobertas e conflitos que garantem o surgimento do novo e que são fundamentais para a transformação social.

Uma característica marcante nas entrevistas, notadamente dos atores mais relacionados com a UESB, é o seu envolvimento político no processo de construção da universidade pública daquela região e também na cena política regional. Esse é o grande retorno das universidades estaduais baianas, difícil de ser mensurado, porque subjetivo, difuso e pulverizado pelo amplo território baiano: as pessoas começavam a se ver como sujeitos de direito à educação superior pública, começavam a exercer um papel político.

A formação dos docentes para as escolas públicas, que teria sido de início o mote do governo estadual, não aparece aqui como um elemento tão relevante, perfazendo 12 ocorrências no total das entrevistas. O que significa que a universidade supera as expectativas iniciais de sua implantação, conforme foi discutido.

Dois outros posicionamentos consideram que as universidades estaduais *não têm influência significativa na formação do pensamento social e político*, com 1 indicação e 2 ocorrências sobre o fato de elas *não serem objeto de desejo de elites*. Essas informações foram justificadas a partir da comparação das universidades estaduais com as universidades federais, que teriam maior prestígio social.

No que tange ao *desenvolvimento da pesquisa e acesso à ciência e tecnologia*, há 7 ocorrências. Para essa questão, também há a indicação por parte dos entrevistados de que as universidades têm investido cada dia mais no incentivo à qualificação docente e na pesquisa de maneira geral, mesmo que precisem ainda avançar muito nessa questão, pois apontam também a necessidade de as universidades *melhorarem o nível de educação no sentido do desenvolvimento de ciência e tecnologia* (2 ocorrências). Como se sabe, a origem da maioria das faculdades que se transformaram nas atuais universidades foi a formação de professores; somente com o passar do tempo, com as demandas sociais e o papel dos professores e estudantes, elas passaram a investir mais em pesquisa e desenvolvimento da ciência, por meio da oferta de novos cursos, da pós-graduação, da qualificação dos professores. Portanto, pode-se dizer que estão em processo de desenvolvimento e de afirmação como instituições de pesquisa.

Ainda buscando perceber o entendimento dos informantes desta pesquisa sobre a efetividade do papel das universidades estaduais baianas, procurou-se, com um grupo de três perguntas fechadas, oferecer elementos descrevessem, a partir de categorias diversas, uma interpretação sobre o tema. Esse grupo de questões aborda: o papel das universidades estaduais. Para tanto, utilizou-se a escala de *likert* para medir o nível de concordância dos entrevistados sobre os diversos elementos sugeridos. Para essa questão, obteve-se a distribuição apresentada nas Tabelas 1 a seguir.

Tabela 1

O papel do ensino superior oferecido pelas universidades estaduais da Bahia

	CT	CP	IN	DP	DT	Total
Um ganho em termos de política redistributiva, pois favorece a mobilidade social.	54,3	42,8	2,9	-	-	100

Um avanço em termos de inclusão política de setores da sociedade, já que a difusão do conhecimento habilita o indivíduo para a participação social (reconhecimento).	54,2	40,0	-	2,9	2,9	100
Benefícios da modernidade para o interior, ao gerar transformações econômicas, políticas e culturais favoráveis a um padrão de vida mais democrático.	54,2	40,0	2,9	-	2,9	100
Autorrealização dos indivíduos ingressos na educação superior.	60,0	34,2	2,9	2,9	-	100
Uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil na defesa da cidadania, mediante políticas públicas.	38,2	47,1	5,9	8,8	-	100
O reconhecimento de um contingente da população interiorana por intermédio da inclusão cultural.	58,8	38,3	-	2,9	-	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

CT: concorda totalmente; CP: concorda em parte; In: indeciso; DP: discorda em parte; DT: discorda totalmente.

Para essas questões, importa destacar que muitos aspectos aqui elencados já apareceram em outros momentos das entrevistas, em questões nas quais os entrevistados discorriam livremente sobre os temas sugeridos, confirmando-se, então, as tendências apresentadas nas perguntas abertas.

Conforme dados apresentados na Tabela 1, houve uma grande concordância em todas as alternativas que avaliam, a partir dos elementos apresentados, a difusão do ensino superior na Bahia por intermédio das universidades estaduais. Entre as alternativas com maior percentual de aceitação está a *autorrealização dos indivíduos ingressos no ensino superior*, significando a importância da universidade na vida das pessoas, para a sua autoestima, pois a formação do sujeito dá possibilidades de buscar novas alternativas e afirmar-se socialmente. O trecho citado a seguir, de uma das entrevistas, destaca o papel da UNEB, que está inserida em diversos municípios baianos com diferentes níveis de desenvolvimento.

Eu vejo muito respeito da população pela universidade. Essas universidades desempenham um papel vital nas regiões, principalmente nas regiões mais pobres e nisso a UNEB se destaca, até pela própria missão dela. O ato de criação dela já foi no sentido de que ela atingirá todo o estado, por isso o nome Universidade do Estado da Bahia. Elas estão fazendo o papel fomentador de desenvolvimento, de autoestima dessas populações. (InUESC, n.º 34)

O segundo fator com maior aceitação – concordância total – foi o *reconhecimento da população do interior pela inclusão cultural*, com 58,8% das indicações, aspecto anteriormente discutido.

O item *Avanços em termos de inclusão política e transformações econômicas, políticas e culturais* apresenta quase os mesmos percentuais de concordância, 54,2% para concordância total e 40% para concordância parcial.

Em Feira de Santana você vê que a universidade exerceu uma influência positiva na cidade, ela é uma referência na cidade, eu sinto como um marco na cidade, ela produziu uma mudança. A UNEB tem marcado os municípios onde ela está, porque eu quando coordenadora de projetos da pró-reitoria de extensão, eu andava muito pelas faculdades também no interior. (InUNEB, n.º 28)

Mobilidade social teve concordância total de 97,2%, significando dizer que a inserção da universidade no interior da Bahia teve, na opinião dos entrevistados, efeitos no que alguns chamam de mudanças na pirâmide social. Para o caso da Bahia, há uma carência de estudos mais quantitativos que avaliem o impacto social, econômico e cultural das universidades estaduais nas regiões baianas, principalmente no que tange à relação entre educação superior e mobilidade social. No caso do Brasil, alguns estudos tratam deste tema, a exemplo da tese de Figueiredo (2006), dentre outros.

Para Figueiredo (2006), o Brasil passou, no século XX, por dois momentos significativos em termos da ocorrência de mobilidade social. O primeiro deles situa-se no período Vargas, entre as décadas de 30 e 40, e o segundo entre fins da década de 60 e 70, com o chamado “milagre econômico”. Para Romanelli (1994), as causas da mobilidade social ocorrida entre as décadas de 60 e 70 têm a ver com a questão educacional aliada ao crescimento econômico que foi experimentado naquele período – o chamado milagre econômico – e que provocou mudanças que apontavam para um futuro melhor no país. Nesse período, a euforia com o desenvolvimento fomentava aspirações de mobilidade para as famílias, principalmente as de classe média, que passaram a buscar níveis mais altos de escolaridade. Nos dias atuais, entretanto, as possibilidades para o mercado de trabalho são mais restritas que nos anos 60 e 70, pelo aumento no número de graduados e escassez do mercado de trabalho, que não absorve os contingentes de formados. Corroborando essa questão, Figueiredo (2006) considera que, embora, na década de 90, o Brasil tivesse avançado na escolarização média e superior, não foi possível constatar os mesmos índices registrados nas décadas de 30 e 40, assim como nas de 60 e começo dos anos 70, o que decorre de transformações estruturais, como a urbanização e a industrialização. Registra, entretanto, que hoje, com

a escolarização, os índices de desemprego diminuem, assim como há uma relação direta entre anos de estudo e aumento médio do salário.

Ainda seguindo na análise da Tabela 1, o indicador que teve menor aceitação entre os entrevistados diz respeito à idéia de uma *nova relação dentre Estado e sociedade civil*, no que tange às políticas ligadas ao ensino superior. Conforme enunciado neste artigo, os informantes têm uma posição crítica sobre a relação entre estado e universidades estaduais, relação essa que sempre foi marcada por um grande nível de instabilidade. As universidades sempre dependeram dos governos que representam o estado baiano e da maior ou menor abertura deles aos seus grupos representativos (reitores, fórum de reitores, associações docentes e estudantis, de técnicos).

Como se procurou demonstrar no início deste capítulo, buscou-se fazer uma avaliação do entendimento que os entrevistados têm sobre o papel das universidades estaduais hoje. Em uma questão específica e aberta, perguntou-se exatamente isso. As diversas opiniões foram condensadas em seis categorias, conforme é apresentado na Fig. 2.

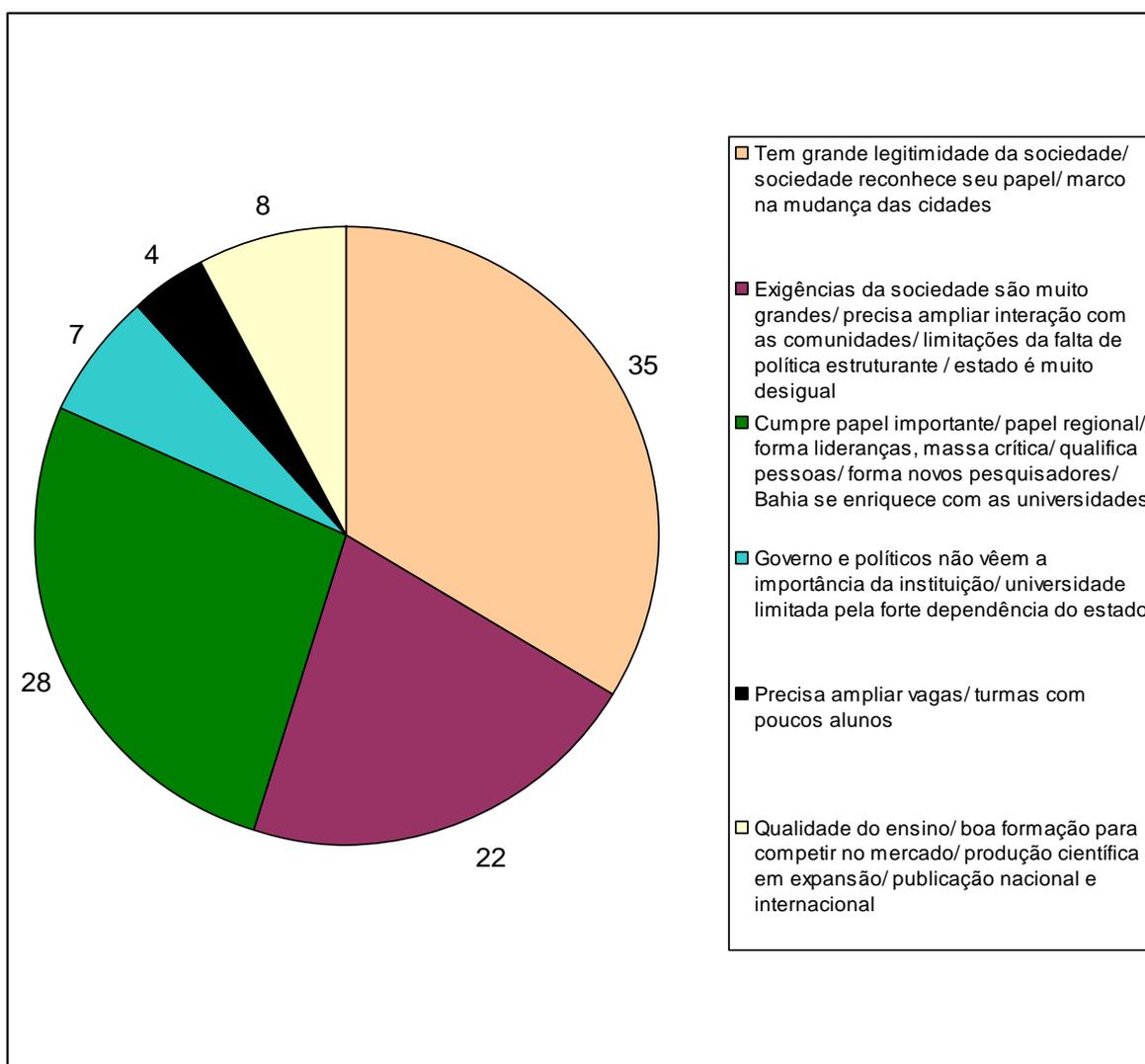


Figura 2 - Gráfico As universidades estaduais têm correspondido às expectativas da sociedade?

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

O elemento que agregou o maior número de indicações refere-se à *legitimidade da rede de universidades estaduais*, pelo fato de elas *representarem um marco na mudança* das cidades, com 35 indicações. A legitimidade das universidades apontada pelos entrevistados advém do cumprimento do seu papel ao longo dos anos nas comunidades e regiões onde se instalaram. E qual seria esse papel? A história da universidade (em sentido genérico) aponta que a sua legitimação na modernidade estava ligada à produção desinteressada do saber. Nos dias atuais e a partir dos múltiplos papéis que a universidade vem sendo requerida a assumir, sua legitimidade mais se aproxima da capacidade que tem de interagir como o meio onde estão inseridas e de dar retornos mais imediatos – diplomas, formação de profissionais, melhoria das avaliações de alunos da educação básica, prestação de serviços às comunidades, desenvolvimento econômico e social - do que da sua função precípua, que é o fomento e difusão de conhecimento. Ou seja, há uma mudança nas expectativas sociais com relação à universidade, que passa a ser legitimada mais pelo retorno prático do que pela busca do conhecimento sem aplicabilidade. Isso é muito marcante nas universidades estaduais, pela pressão que sofrem dos governos estaduais para dar esse retorno mais “visível”. Em torno disso giram as discussões sobre autonomia, tão referidas nas entrevistas.

O segundo fator mais mencionado reforça essa idéia com o entendimento de que elas *cumprem seu papel*, com 28 indicações que focalizam a sua importância para as regiões e para o país em geral, por formar indivíduos, mudar mentalidades, criar lideranças políticas. Com relação a esse último aspecto, os informantes entendem que o ambiente da universidade pode ser capaz de contribuir para a formação de indivíduos mais críticos, como é descrito por Fisher e Scriven, que entendem o pensamento mais crítico como uma "habilidosa e ativa interpretação e avaliação de observações, comunicações, informação e argumentação." (ENCICLOPEDIA..., 2010).

As pessoas ficam mais cultas, mais críticas, mais ativas. Eu dou um exemplo para você da prefeitura de Conquista, na primeira gestão de Guilherme: dos 15 secretários, 9 ou 10 eram da universidade, o que dá uma outra cara na gestão. Você coloca ali e melhora o nível. Eu vou dar um exemplo simples: esse curso de formação de professores que as universidades estão dando [Refere-se à formação de professores que atuam na educação básica]. Não tem como não melhorar, o fato de você está ali discutindo, problematizando com os colegas, você está mudando um pouco sua visão de mundo. Eu acho que essa contribuição é interessante, leva mais inteligência no sentido coletivo para locais antes ensimesmados, entende? (InUESB, n.º 24)

O entrevistado ainda aponta as mudanças nos quadros políticos ocorridas em Vitória da Conquista a partir da inserção em cargos públicos de pessoas oriundas da UESB.

Com 22 indicações, foram condensadas as referências dos entrevistados aos *limites do papel das universidades estaduais*, que são problemas debatidos por estudiosos do tema, como Boaventura de Souza Santos (1999), que se refere justamente

à diversidade de papéis, anteriormente referida, que a instituição é cobrada a assumir tanto pela sociedade, quanto pelo estado. Além de apontar caminhos para o desenvolvimento da sociedade com o conhecimento científico, a universidade tem sido cobrada no que tange à articulação entre esse saber e a realidade.

Com 8 indicações, os entrevistados ressaltam a *qualidade do ensino* oferecido pelas universidades. Sobre esse item e conforme exposto, as universidades estaduais têm sido relativamente bem avaliadas por instâncias oficiais. Carecem de mais investimentos em pesquisa, de revisão de cursos oferecidos e sem demanda, de maior aporte de investimentos públicos, de revisão do modelo de gestão com vistas a reafirmar a sua vocação regional, aspectos ressaltados pelos entrevistados ao longo dos depoimentos.

Com 7 indicações, retoma-se a crítica *ao papel do governo, no sentido de não investir mais*, e 4 indicações esboçam a necessidade de as universidades *ampliarem o número de vagas*, fazendo-se referência ao percentual ainda não-desejável de formados em nível superior na Bahia.

São recorrentes, no grupo dos entrevistados, os relatos que apontam a falta de prioridade dispensada pelo governo do estado às universidades, aliada a uma cobrança cada dia maior de retornos quantificáveis. Sobre isso, é fato que a política do governo para a educação tem se orientado por diagnósticos internacionais, fato recorrente na história das universidades brasileiras. O Banco Mundial tem orientado, em seus relatórios, que o investimento público deva se concentrar na educação básica, indicando que os demais níveis – secundário e superior - devam adotar a cobrança de taxas e, no caso da universidade, a adoção de empréstimos para alunos que não possam pagar. Destarte, a concepção de universidade tem sido voltada para princípios produtivistas ou mercadológicos, com influência negativa para as instituições. Assim, a falta de recursos e de autonomia, tão mencionada nas entrevistas, diz respeito a um quadro mais amplo de reforma do estado. Autores como Draibe (1993) consideram os efeitos negativos das políticas neoliberais¹ nas universidades públicas, como a redução orçamentária, o estímulo à busca por financiamento privado para o desempenho das ações das universidades, buscando condicionar a universidade pública à lógica de mercado e distanciando-a do seu ideal clássico de pesquisa, ciência, cultura e formação. Para Souza Santos (1999), o ideal de universidade começa a se descaracterizar nos anos 60, quando se atribui a ela inúmeros papéis – prestação de serviços ou extensão, qualificação da mão-de-obra, preparação para quadros políticos e de liderança empresarial, dentre outros –, muitos deles contraditórios, configurando as três crises da universidade conforme já discutido.

Essa situação tem sido o mote das inúmeras bandeiras de luta dos docentes das universidades públicas. No caso das universidades estaduais, pleiteia-se um “repasse

¹ Perry Anderson (1995) considera o neoliberalismo como “uma reação teórica e política ao estado de bem estar”, que prega a intervenção mínima do estado na economia e na sociedade. Para Bruno Théret (2007), o neoliberalismo define um “sistema de receitas práticas para a gestão pública”, em que o mote é racional-instrumental, e as noções norteadoras se referem a produtividade, eficiência, rapidez. Isso, aplicado às universidades, transforma o seu papel de centros de saber desinteressado para o de produção e aplicabilidade prática.

maior que 5% da RLI para as UEBAs”, também maior verba de órgãos de fomento para as estaduais, além da recomposição de perdas salariais. Requerem, principalmente, “autonomia do movimento docente frente a partidos, governos e administrações universitárias” (ADUNEB..., 2010, s/p).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da rede de universidades públicas estaduais foi fruto do processo de conscientização de uma posição desigual em relação ao ensino superior (autorreconhecimento). As reivindicações pelo ensino público e pela ampliação do seu papel foram e são pautadas por um sentido político, pela conscientização dos atores.

Não se pode negar que, no Brasil, tanto quanto na Bahia, a despeito de todos os problemas, a universidade registrou notável expansão, alimentando a expectativa por mudanças no quadro socioeconômico. Fernandes, Teixeira e outros estudiosos que contribuem para essa discussão consideram que a instituição universitária tem um grande poder de transformar a sociedade, e isso pode se dar a partir das suas atividades diárias, mostrando à sociedade outros referenciais de valor, o que se torna decisivo para as mudanças na comunidade, na região, no estado. Como se viu a partir dos depoimentos, as universidades vão se tornando um espaço para contestação de estruturas sociais, uma instituição com dinâmica própria, agregadora do que chama “massa crítica”, resistente aos controles e poder. A partir de suas várias ações – produção e difusão do conhecimento, estudos dos clássicos e debates propiciados pelo ensino, ações de uma diversidade enorme com relação à extensão –, ela consegue traspasar seus muros. Ao invés de fornecer uma educação reprodutora (BOURDIEU, 1975), a universidade pode interferir “no processo mais amplo de construção de uma nova sociedade.” (SAVIANI, 1981, p. 33).

A partir da avaliação dos entrevistados e de alguns dados numéricos expressivos das universidades, percebeu-se um balanço positivo, combinado com uma crítica voltada para a necessidade de seu planejamento com vistas a uma maior consolidação acadêmica. Uma frase-síntese retoma essa questão: “As universidades estaduais foram o errado que deu certo...” “Errado, eu diria, porque foi o imprevisível, o não-planejado que acabou possibilitando o arrolamento dos melhores indicadores sociais que a Bahia tem hoje, que é realmente o papel da universidade” (InUESB, n.º 27). A despeito das críticas relativas à forma como foram criadas as faculdades, pela “força de vontade” e com carências diversas que descrevem o modo meio improvisado ou não-planejado que pautou a sua criação, os depoentes revelaram que o resultado foi positivo, pelo seu papel para o desenvolvimento do estado. As quatro universidades, apesar das limitações (principalmente orçamentárias e de planejamento), têm investido na formação docente, alcançado desempenhos bons e médios nos cursos de graduação e de pós-graduação, voltando-se para as sociedades regionais e demonstrando o seu comprometimento com as demandas sociais.

O compromisso das universidades é voltado para a solução dos novos problemas e também para reafirmar a sua identidade com a região em que está inserida. Nos dias atuais, em que se multiplicam fenômenos desagregadores que impactam sobre os indivíduos – desemprego, má distribuição de renda, dentre outros –, as universidades não podem figurar como uma instituição superior, elitizada e acima da sociedade,

porque é a partir delas que se podem elaborar propostas mais integrais de mudança social, pela sua capacidade propositora, pela identificação das causas e possíveis alternativas aos problemas. Essa tarefa é imensa, mas ainda tem a ver com o seu passado histórico, quando as universidades fomentaram as idéias de política, autonomia, liberdade, ética e ciência em benefício do homem. Conforme Bernheim e Chauí (2003), o ideal de universidade defendido por Medina Echavia (1967 apud BERHEIM; CHAÚÍ, 2003, p. 18) é o da universidade “participante”, que significa um meio termo entre a universidade militante (completamente invadida pelas pressões sociais) e a universidade enclausurada (alheia à sociedade), e diz respeito a “uma universidade que participa em todos os aspectos da vida da sociedade, sem perder seu caráter de academia e que só afirma o que é apropriado afirmar na condição de academia.” (BERHEIM; CHAÚÍ, 2003, p. 17-18).

Essas contribuições destacam a importância da universidade e reafirmam sua função de missão educacional para o desenvolvimento intelectual, científico, cultural e social.

Referências

BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura (SEC). Coordenação de ensino superior (CODES). **Relatório de atividades**. 2010, Salvador, 2010.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAÚÍ, Marilena de. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior / e. – Brasília: UNESCO, 2008. 44 p.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL, MEC/ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). INEP. 2008. Índice geral de cursos da instituição – IGC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/areaigc>>. Acesso em: 18 de maio de 2010.

BUARQUE, Cristovão. **A aventura da universidade**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, 239p.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista da USP**, nº. 17, mar./maio, 1993.

ENCICLOPEDIA LIVRE. WIKIPEDIA. <http://wikipedia.org>.

FIGUEIREDO, Fábio Ferreira. **Educação superior e mobilidade social**: limites possibilidades e conquistas. 2000. 240f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos morais. São Paulo, 34, 2003, 291.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: AMBES, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia ou a teoria da curvatura da vara. **ANDE**, São Paulo, n. 1, 1981, pp. 23-33.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. A universidade e a liberdade humana. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.20, nº.51, jul./set. 1953. pp. 3-22.